



## **Que Modelo Económico para Lisboa?**

### **Introdução**

Os trabalhos do Fórum Cidade, nesta e noutras áreas, visam dar a Lisboa um contributo para a definição de um rumo para a sua modernização e desenvolvimento, com coesão social.

Uma nova gestão da cidade deverá ter como objectivo central mobilizar os lisboetas para o desígnio de Lisboa se afirmar, de forma decidida e sustentada, ao nível de desenvolvimento das cidades mais avançadas da União Europeia. Naturalmente Lisboa não pode, neste momento e a curto prazo, competir com essas cidades. Do ponto de vista global não pode mesmo, no imediato, competir com Madrid e Barcelona. Mas pode e deve ter essa ambição. E pode começar a competir sectorialmente.

A estratégia deverá passar por uma aposta na recuperação da confiança, do orgulho e do optimismo dos lisboetas para lançar uma dinâmica de desenvolvimento progressivo, que permita também combater a apatia e os atrasos verificados em muitos dos domínios essenciais ao desenvolvimento económica da cidade e reduzir as desigualdades sociais. Todavia, esta opção, que preconizamos, não tem em vista, apenas, dar resposta aos problemas conjunturais mas sim enfrentar, num horizonte de médio prazo, os problemas estruturais que prejudicam a competitividade de Lisboa e estão na base do seu atraso.

Para tanto, o Fórum Cidade assume uma aposta muito forte nas pessoas e nas empresas, na intervenção no espaço público como factor de atracção, competitividade e qualidade

de vida e na modernização da administração enquanto factor de prestação eficiente de “serviços” aos lisboetas.

De especial relevância para o sucesso da política a implementar pelo Partido Socialista na Câmara Municipal de Lisboa serão as medidas destinadas a dar passos consistentes para a consolidação das contas da autarquia, que não dispensam o rigor orçamental e a contenção na despesa pública face a uma gestão desastrosa da actual gestão de maioria PSD/CDS protagonizada por Pedro Santana Lopes e Carmona Rodrigues. Daí que muitas das propostas apresentadas se procurem pautar pela criatividade associada à contenção financeira. Não é tempo de agravar o despesismo. É tempo de rigor e de maximizar os recursos disponíveis.

Todavia, a agenda política não se pode esgotar, em sentido estrito, nas questões económicas. Portugal é um dos países da Europa onde a desigualdade de rendimentos é maior e onde o desemprego mais rapidamente cresceu. Paralelamente, é um dos países onde os níveis de ensino e qualificação são mais insuficientes. Lisboa é um reflexo do país. O Fórum Cidade preconiza, assim, o desenvolvimento de um amplo conjunto de políticas de economia social que são mais do que políticas de coesão social, são igualmente passos imprescindíveis para nos tornarmos uma cidade mais competitiva.

A agenda política deverá estar associada, igualmente, a um objectivo central de toda a acção política: melhorar, de forma sustentada, a qualidade de vida dos lisboetas. Essa qualidade de vida exige o relançamento de políticas de intervenção no espaço público orientadas para a qualidade de vida, a atracção e a competitividade. O compromisso com a coesão é um compromisso social mas é, igualmente, um compromisso territorial e um compromisso entre gerações. É por isso que o desenvolvimento sustentável foi uma preocupação central dos trabalhos do Fórum Cidade.

A recuperação da confiança e da esperança no futuro está associada, de forma estreita, ao prestígio das instituições democráticas e à sua dignificação aos olhos dos cidadãos. Promover a credibilidade e a modernização da actuação da Câmara Municipal de Lisboa numa perspectiva orientada de serviço aos cidadãos deverá ser um desígnio do Partido Socialista.

Estas propostas pretendem, assim, valorizar a posição de Lisboa na Europa e no mundo. É essencial que Lisboa reforce a sua capacidade de ser parte activa no futuro da União Europeia e do mundo. Isto porque Lisboa deve complementar a sua prioridade europeia com uma visão alargada do seu papel universal, seja na comunidade linguística a que pertencemos, seja no quadro das alianças tradicionais de Portugal, seja, finalmente, no quadro de uma valorização da cooperação multilateral.

Uma Lisboa cosmopolita, tolerante, integradora de todos aqueles que a queiram visitar e cá viver, virada para as pessoas e para a sua qualidade de vida é um objectivo que queremos cumprir.

Em suma, o que propomos desenvolver-se-á em torno de três grandes eixos:

- Retomar o crescimento, a atracção e a competitividade de forma sustentada e visando a modernização de Lisboa, fazendo do conhecimento, da inovação, da qualificação e da melhoria dos serviços da CML os caminhos do progresso a par de um reforço da coesão, numa sociedade com menos pobreza e com mais igualdade de oportunidades, onde os instrumentos de coesão sejam também ferramentas para o crescimento e a modernização;
- Melhorar a qualidade de vida num quadro sustentável de desenvolvimento onde a melhoria dos indicadores de bem-estar sejam uma realidade e onde a coesão territorial seja, ela também, um factor de progresso; e,
- Valorizar o posicionamento de Lisboa no quadro internacional, quer no plano prioritário da União Europeia, quer no plano global, relançando as políticas de tolerância, valorizando a cultura e a língua portuguesa.

A situação, ninguém o ignora, é muito difícil. Lisboa enfrenta problemas complexos, que não podem ter uma solução imediata. Daí o diagnóstico que fizemos e em que aproveitámos, também, o trabalho da maioria. Mas é clara a nossa tarefa, como é clara a nossa ambição: transformar Lisboa.

Uma última nota: Lisboa deve articular a sua gestão com o Governo nunca abdicando, no entanto, da sua autonomia e capacidade reivindicativa.



## I Diagnóstico

**O enquadramento da análise da competitividade da cidade de Lisboa permitiu estabelecer com bastante clareza a necessidade imperiosa e urgente de construir uma visão inovadora e renovadora das bases da competitividade da cidade, isto é, da sua capacidade de atrair e valorizar empresas, pessoas, capitais, informação, conhecimento, bens e serviços.**

Esta visão pode, e deve, ser construída com base no grande referencial da Estratégia de Lisboa (coincidência que deve ser utilizada em termos de marketing internacional que a deve acompanhar) no quadro da União Europeia, isto é, com uma actividade económica baseada no conhecimento, com uma coesão social baseada na renovação profunda do modelo social vigente, com competências desenvolvidas em pessoas envolvidas em modelos de aprendizagem ao longo da vida e com instituições de governação da cidade baseadas em formas rápidas de decisão e coordenação flexível envolvendo o público e o privado.

Do mesmo modo, este enquadramento permitiu estabelecer, também, com bastante clareza, os objectivos exigentes da sua afirmação internacional, europeia e ibérica. Não bastará a simples correcção de erros existentes na medida em que o alargamento da União Europeia impõe um quadro concorrencial difícil e apertado.

Igualmente, permitiu estabelecer a vantagem e a possibilidade de uma substancial estratégia de desenvolvimento para a região de Lisboa face às estratégias de desenvolvimento das restantes regiões nacionais.

É possível encarar e construir um novo modelo de relacionamento entre Lisboa e o país, capaz de suportar processos efectivos de desconcentração e descentralização das funções administrativas e capaz de fomentar padrões de equidade entre os cidadãos e as empresas, sem diminuir a capacidade de afirmação externa da cidade de Lisboa.

O desenvolvimento e aprofundamento do papel estratégico global exercido pela cidade de Lisboa como grande pólo de atracção e concentração da actividade económica e do emprego não deixa de antever a possibilidade de um novo crescimento quantitativo, limitado e controlado, mas efectivo.

Para o efeito, importa analisar, de modo sintético mas concreto, as 6 “cidades” da competitividade urbana de Lisboa importando mesmo o modelo expositivo habitualmente utilizado pela maioria PSD/CDS. Não só porque facilita o diagnóstico

actual como também porque uma nova gestão da cidade não deve fazer tábua rasa do trabalho feito só porque não foi concretizado pelo Partido Socialista.

#### Cidade Empresarial

Processo de terciarização, associado à criação de riqueza e de valor, suportado pela localização dos principais centros de decisão empresarial em articulação com a localização dos serviços às empresas e com o acesso às grandes infra-estruturas de suporte das actividades empresariais.

Já teve uma expressão bem individualizada de cidade industrial, comercial e financeira e agora tende para uma cidade de serviços às empresas. A actividade industrial tem vindo a desaparecer. A actividade comercial polarizada pelos eixos Baixa-Chiado e Almirante Reis/Praça do Chile, moldada pela semana-inglesa e pelo horário 9.30-13/14-19, sofreu uma alteração para uma configuração policêntrica materializada em grandes superfícies comerciais em Lisboa e área metropolitana em horário 10-24 em semana 7/7. A actividade financeira tem deixado a Baixa para ser realocada fora de Lisboa ou nos eixos António Augusto Aguiar/José Malhoa e Avenidas Novas.

#### Cidade Logística

Processo de reestruturação suportado pela configuração das redes de transportes de passageiros e mercadorias e pela localização dos seus principais nós (aeroporto, instalações portuárias, estações de caminho de ferro, centrais de recolha e manutenção de transportes urbanos colectivos), pela localização das principais, equipamentos e infra-estruturas associadas às *utilities* e pela localização dos grandes mercados abastecedores e moldado pela procura de soluções optimizadas de custo e mobilidade.

Tem vindo a retirar-se, de modo desigual, para localizações menos centrais da cidade, fora da cidade, mas no seio da área metropolitana. Tem havido um movimento de longo prazo da saída de instalações civis, ligadas às *utilities*, e militares. Deu-se a reorganização e concentração dos mercados abastecedores. Criou-se, em Alfragide, um relevante pólo de aglomeração de unidades de grande distribuição alimentar. A geração descoordenada de uma coroa logística no eixo Alenquer-Carregado-Azambuja deu à cidade logística uma dimensão metropolitana.

### Cidade do Conhecimento

Processo de consolidação suportado, no essencial, pela localização de estabelecimentos de ensino superior e politécnico, centros de investigação, grandes laboratórios, centros tecnológicos e grandes infra-estruturas de suporte à difusão do conhecimento e de manutenção do acervo documental, nomeadamente, em articulação com dinâmicas concorrenciais de atracção de estudantes e de ligação ao tecido empresarial, e moldado pela progressiva afirmação do paradigma da aprendizagem ao longo da vida e da diferenciação dos modelos de gestão e investimento.

Lisboa teve um processo de consolidação e extensão, neste domínio, que conduziu a um reforço do peso relativo da procura de estabelecimentos de ensino para não residentes. Consolidou-se um pólo nas zonas residenciais de Benfica e Alvalade, nasceu um novo pólo na confluência da Tapada da Ajuda com Monsanto e espraiou-se um pouco por toda a cidade.

### Cidade Residencial

Processo de expansão suportado pela passagem de testemunho do modelo de arrendamento para o modelo do ocupante proprietário e moldado pela densificação das múltiplas actividades de serviços e comércio.

Criou-se uma grande cidade da habitação social a par de uma cidade de ocupantes proprietários endividados. Há uma desertificação do eixo central, ainda que se verifiquem dinâmicas de reabilitação dos bairros históricos, a par da ocupação de zonas vagas pela demolição de barracas nas zonas de Carnide, Lumiar, Charneca e Vale de Chelas.

### Cidade da Cultura, Turismo e Lazer

Processo de terciarização, associado ao consumo, suportado pela localização dos principais marcos patrimoniais, recintos de espectáculos, equipamentos museológicos, espaços de lazer e novos centros comerciais em articulação com a localização de equipamentos e serviços associados ao turismo e de centros de formação e exercício das competências e profissões associadas à produção de conteúdos, às artes e recuperação de património.

O lazer tem vindo a ocupar os espaços deixados vagos pelo declínio da cidade industrial e realocação da cidade logística (exemplos da frente ribeirinha, Bairro Alto, Parque

das Nações). No entanto, não revelou ainda suficiente articulação e dimensão para uma integração mais forte com as dinâmicas turísticas e culturais.

Têm existido mudanças nos ciclos de vida dos grandes modelos de espectáculos, divertimento e ocupação dos tempos livres. Analogamente, há uma progressiva implantação dos ritmos urbanos contínuos onde a “noite” se tem vindo a afirmar. Por fim, ocorreram fenómenos de decadência (Parque Mayer e Feira Popular) e de renovação limitada (Jardim Zoológico).

A cidade turística acompanhou o desenvolvimento da cidade de serviços ao nível da oferta hoteleira e consolidou a especialização em eventos, congressos e na rota de cruzeiros marítimos.

A cidade cultural não conheceu grandes transformações no plano espacial para além da consolidação do pólo de Belém.

Tem existido um grande défice de articulação desta tripla dimensão das actividades de lazer, turismo e cultura.

#### Cidade Administrativa

Processo de expansão e reestruturação suportado pela realocação dos principais centros de decisão pública e serviços da administração. Numa cidade capital a cidade administrativa envolve ainda uma dimensão relevante a “cidade das embaixadas”.

Permanece muito relevante em termos de emprego, efeitos de arrastamento sobre outras actividades, ocupação de edifícios e de espaço na cidade. Há um défice de estratégia de realocação dos referidos centros de decisão pública e de serviços da administração.

Daqui ressaltam 3 ideias fundamentais:

- Necessidade de renovação das bases competitivas da cidade num modelo de actividades económicas com futuro (economia do conhecimento e aprendizagem ao longo da vida) e com base num contexto europeu e internacional (*benchmarking* das melhores aglomerações ibéricas e europeias e não de outras cidades nacionais);
- As dinâmicas em acção na cidade e na área metropolitana revelam duas dificuldades de alcance estratégico que limitam o desejável equilíbrio entre a competitividade e a coesão económica e social e que importa colmatar ao nível das políticas públicas de regulamentação, ordenamento e regulação: Fraca articulação entre as diferentes actividades de conhecimento e empresariais e



entre cultura, turismo e lazer; e, difícil convivência entre o desenvolvimento das funções empresariais e das funções residenciais;

- O redimensionamento quantitativo e qualitativo da cidade tendo em vista uma Lisboa menor para o país (mais descentralizada) e maior para a Europa (maior competitividade nas actividades globais). O desafio é criar condições para a afirmação de uma qualidade estratégica nacional e internacional facilitando a instalação de pessoas e empresas portadoras de modelos de habitação, consumo, lazer, produção e criação de riqueza ancorados no conhecimento, na tecnologia, na comunicação e na competitividade não-custo.

Por fim, importa identificar de modo sintético e exemplificativo mais alguns factores de perda de competitividade de Lisboa:

- 1) Falta de capacidade financeira para promover investimentos estratégicos;
- 2) Morosidade, excesso de burocracia e falta de transparência no processo de decisão autárquico;
- 3) Estagnação do modelo crescimento económico assente no mercado imobiliário;
- 4) Graves carências na mobilidade rodoviária e no estacionamento a par da inexistência de instrumentos de planeamento urbanístico actualizados e conformes com um modelo de desenvolvimento integrado;
- 5) Existência de zonas de exclusão sócio-económica;
- 6) Aumento dos índices de insegurança;
- 7) Descaracterização de zonas históricas e de núcleos patrimoniais;
- 8) Redundâncias no sector empresarial do município e indefinição de modelo de relacionamento com a administração directa da Câmara Municipal de Lisboa; e,
- 9) Descontrolo da despesa corrente e endividamento excessivo junto dos fornecedores.

## **II Apostar na qualidade e na excelência: As pessoas e as empresas**

Uma política tendente à implementação de um modelo económico que vise prosseguir os objectivos já expostos na introdução não poderá deixar de ser direccionada para as pessoas e para as empresas numa perspectiva de coesão social, aposta nos empreendedores, fomento do talento individual, diminuição das desigualdades, integração de comunidades, atracção de elites pela tolerância e dinamismo, aposta na tecnologia, na atracção de novas empresas e aposta no turismo e na afirmação cultural como pólo dinamizador de Lisboa. Dai que as propostas debatidas no Fórum Cidade tenham sido agrupadas em duas áreas:

1. As Pessoas: Talento, Tolerância e Economia Social; e,
2. As Empresas: Tecnologia, Políticas Criativas e Turismo.

### **1. As Pessoas: Talento, Tolerância e Economia Social**

#### **Talento**

A frase quinhentista de Fernão Lopes "a cidade é um lugar de muitas e variegadas gentes" mantém plena acuidade em função da época actual. Qualquer cidade tem como principais objectivos aumentar a prosperidade e competitividade económica, reduzir o desemprego e a exclusão social, proteger e melhorar o ambiente urbano, combater a criminalidade, promover o ordenamento urbano, reduzir o tráfego urbano, promover a melhoria da qualidade de vida, e combater o envelhecimento precoce da mesma.

Curiosamente, ou não, todos os itens acima assinalados encontram-se numa relação de estreita interdependência, e maioria das vezes são observados isoladamente e sem um plano estratégico de longo prazo, pretendendo-se, apenas, fazer face às necessidades imediatas do curto prazo. E todos dependem das pessoas e da aposta que nelas é feita. Aposta que é muita das vezes descurada.

Podemos mesmo dizer que este é um dos principais erros do país, quer numa análise do ponto de vista central, quer do ponto de vista autárquico. Não devemos esquecer que o desenvolvimento das cidades individualmente consideradas poderá constituir por si só

motor necessário e suficiente para o desenvolvimento do país. Neste contexto, poderemos partir das seguintes premissas lógicas para a prosperidade de uma grande cidade:

1. Uma economia local diversificada e flexível, que alie a indústria fabril, os Serviços, as indústrias culturais, o lazer e o turismo, e que dê especial destaque à capacidade empresarial e às PME que assegurem uma maior percentagem de novos empregos; e,
2. Uma boa oferta de capital humano para explorar o crescimento e a inovação nos sectores económicos baseados no conhecimento, e a capacidade de aprendizagem ao longo da vida através de fortes ligações entre a oferta e procura.

Para a execução destas premissas, do ponto de vista da aposta no talento individual, poderiam concretizar-se as seguintes ideias:

- 1- Para os desempregados de longa duração, a Câmara poderia propor a criação de uma espécie de bolsa para a frequência de cursos tecnológicos em regime de protocolo com os principais centros tecnológicos e universitários;
- 2- Criação de parcerias com municípios estrangeiros, para a criação de intercâmbios tendentes à frequência de cidadãos nacionais e de cidadãos oriundos desses países nas áreas empresariais e tecnológicas que a CML considere mais carentes;
- 3- Implementação, em parceria com entidades privadas, de uma estrutura, entre tantas outras, que faz falta a Lisboa, para se poder afirmar nacional e internacionalmente, que integre pessoal criativo de várias áreas, a saber:
  - ❑ Design de joalharia;
  - ❑ Design de cerâmica;
  - ❑ Design de vidro;
  - ❑ Design de moda e acessórios;
  - ❑ Design de iluminação;
  - ❑ Design de mobiliário; e,
  - ❑ Design de comunicação, entre outros exemplos.

Esta estrutura, a exemplo do que já sucede em Londres, por exemplo, seria constituída por um conjunto de espaços (ateliers) de várias dimensões, mas que teria por base uma dimensão/tipo, arrendada quer a jovens criadores das áreas já referidas, quer a criadores

com nomes já reconhecidos. Aliás, é de toda a conveniência esta mescla pois esta estrutura não se limitaria a arrendar espaços, bem pelo contrário, adoptaria uma atitude muito actuante no campo do marketing, divulgação, promoção e comercialização do trabalho dos vários “inquilinos” e não só. Com carácter periódico e organizado em módulos, poderiam ser ministradas “aulas” sobre vários temas, tais como o marketing, a divulgação da produção de cada um, as várias maneiras de obter financiamentos para os projectos, e todo um conjunto de “ferramentas” que possibilitem aos “inquilinos” uma muito maior capacidade de dominarem não só a parte criativa mas igualmente a parte de comercialização dos seus produtos. Igualmente integrados nestes pacotes deverão ser feitos convites para entidades estrangeiras para participarem em conferências, debates e outros eventos, para dar aos “inquilinos” uma visão mais cosmopolita das suas actividades. Por último, deverão realizar-se “feiras nas instalações do centro para mostrar/vender os vários produtos desenvolvidos pelos “inquilinos”. A proximidade deste projecto ao Bairro Alto acrescentaria sinergias muito positivas ao mesmo. Se fosse possível, o ideal seria conseguir juntar a este espaço, uma cafetaria que funcionasse para o público em geral, e no qual se poderiam desenvolver outro tipo de actividades;

4 - A CML poderá criar um pequeno núcleo recrutado entre os seus colaboradores actuais, que tenha como missão o apoio jurídico, o estudo e divulgação das oportunidades de apoio aos criadores. A divulgação destes conhecimentos por parte do núcleo, deverá ser o mais ampla possível, passando sempre pela NET, e o núcleo deverá ser formado por pessoas com uma grande capacidade de dedicação e comunicação, que as há na CML, assim elas sejam bem motivadas e dirigidas;

5- A promoção de uma cultura de exigência e talento deve ser estendida a toda a cidade, não de uma forma imperativa, mas de uma forma agradável e participada. Desde que convenientemente estimulados, os lisboetas podem ter um contributo muito importante para que a nossa cidade seja um local mais fácil, agradável e motivador para se viver. Assim, todas as freguesias, sem excepção, podem ser intervencionadas por propostas que tenham como objectivo tornar o espaço público dessas freguesias mais agradável e mais inovador. Todas elas têm um muro, uma rua, um edifício ou qualquer outra presença física, sobre a qual ou com a qual pode ser feita uma intervenção de carácter mais ou menos efêmero. Assim, mensalmente, poderão ser lançados “concursos” para 10 freguesias aos quais os arquitectos ou designers podem enviar propostas que tenham por base intervenções que no seu conjunto não excedam um valor em obra a definir,

sendo destinado a cada vencedor um prémio a fixar. Os residentes serão convidados a visitar a exposição pública dos trabalhos concorrentes e a opinarem sobre a proposta que mais lhes agradar. Para esta iniciativa deverá ser desenvolvido um conjunto de acções que levem a juntar ao projecto vários tipos de mecenas, desde as empresas de construção civil às empresas sedeadas nas freguesias;

6- Para uma cidade cosmopolita, como se pretende que seja o caso de Lisboa, o aspecto visual dos palcos montados no Terreiro do Paço por ocasião quer das Festas da Cidade, quer das Festas do Fim do Ano, quer de outros eventos, é, no mínimo, discutível. Para reabilitar o “Coração de Lisboa”, qualquer utilização que venha a ser feita daquele espaço terá que ter como regra inicial a qualidade estética e objectiva dos projectos a instalar, sejam camarários sejam por cedência a outras entidades públicas ou privadas, sem que isso represente gastos excessivos. Deste modo, para as utilizações que a Câmara venha a programar (Festas da Cidade, Festas de Fim de Ano e outras), poderão ser abertos concursos a arquitectos para que a capacidade criativa desta classe tenha plena expressão nestes eventos. Com este material, poderá ser feita uma divulgação internacional dos projectos, atraindo atenção não só para os autores, como também para a cidade. No caso de haver verbas, e estudado caso a caso, poderão ser feitos convites a revistas internacionais de arquitectura para fazerem deslocar a Lisboa enviados seus, para cobrirem para a sua revista estas realizações;

7- Lisboa deverá ser um enorme espaço de experimentação e consolidação de jovens e actuais criadores no campo do teatro, da dança e da música. Uma das principais dificuldades com que os criadores daquelas áreas se debatem (para além do aspecto financeiro) é a falta de espaços para apresentação dos seus trabalhos. Hoje em dia, e dado os caminhos seguidos pelos criadores daquelas três áreas, o conceito de “espaço” para as apresentações das criações contemporâneas (e não só) já não passa por espaços formais mas sim pelo aproveitamento de uma enorme variedade de situações que permitem, e muitas vezes estimulam e interagem com as próprias criações. Exemplos não faltam, desde o aproveitamento de espaços museológicos a edificios abandonados, de antigos bares do Cais do Sodré para representações teatrais ou de cacilheiros para concertos de música ao vivo. Como tal, deverá ser feito o levantamento de espaços passíveis de ocupação para ser construído um “mapa” dos locais que a Câmara disponibilizará para os criadores daquelas três áreas (ou outras que se julgue possível de integrar nesta ideia). Com carácter periódico, serão aceites propostas para utilização efémera dos espaços “mapeados”;

- 8- A Criação de uma feira/concurso anual que premeie a melhor iniciativa empresarial;
- 9- A Criação de uma feira/concurso anual que premeie a melhor descoberta tecnológica/científica;
- 10- A criação de uma feira/concurso anual que premeie a melhor criação artística (ex. para novos escritores).

### Tolerância

Portugal optou por uma política de abertura regulada à imigração, adoptando uma estratégia em torno de três eixos: regulação, fiscalização e integração. Esta estratégia foi inspirada na estratégia da União Europeia de criação de políticas comuns de estrangeiros e de asilo, a qual merece total adesão do Governo e deverá merecer o apoio de uma nova gestão da cidade. A partir da segunda metade dos anos noventa do século passado, assistiu-se a um notório acréscimo do número de imigrantes que procuraram o nosso País. Hoje o número de estrangeiros que vivem e trabalham em Portugal aproxima-se, ou talvez exceda, os 4% da população residente.

Esta situação faz com que a vertente da integração assuma um cariz prioritário. Os imigrantes procuram-nos para melhorar a sua vida, mas cumprem um papel importante no nosso desenvolvimento. Por isso temos o dever de lhes proporcionar o acesso a condições mínimas de sustentação e de integração. Este dever não se funda apenas em motivos de ordem ética e humanista, funda-se também em relevantes motivos de interesse nacional: imigrantes insuficientemente integrados, instáveis, com problemas sociais, são um factor de perturbação que contribui para sentimentos de insegurança dos cidadãos. A contrapartida deste dever da comunidade nacional para com os imigrantes é o dever destes aceitarem e praticarem as regras mínimas de convivência social consagradas na Constituição.

Assim, numa perspectiva de integração, enfrentamos um duplo desafio: reforçar os mecanismos de integração dos imigrantes, e estender-lhes um conjunto mínimo de mecanismos de protecção social idênticos àqueles de que desfrutam os portugueses.

Do mesmo modo, uma Lisboa tolerante a todas as nacionalidades, géneros e orientações sexuais estará em condições de se tornar mais atractiva, mais cosmopolita e mais dinâmica na atracção de elites para nela trabalharem e a visitarem. Com reflexos

positivos na competitividade da cidade. Para o efeito, podem defender-se as seguintes medidas:

- 1) A participação dos imigrantes na vida política, designadamente através da participação nas eleições autárquicas, após um período de permanência no território nacional;
- 2) A criação de mecanismos e programas de integração e de incentivo a quadros qualificados nas áreas em que o País mostra maiores carências, bem como a utilização adequada de recursos humanos qualificados já imigrados em Portugal;
- 3) A multiplicação de oportunidades de aprendizagem do português por estrangeiros, bem como da formação para a cidadania;
- 4) A facilitação dos processos de equivalência de diplomas e qualificações profissionais obtidas no estrangeiro;
- 5) O desenvolvimento de programas específicos para a integração plena de segundas e terceiras gerações;
- 6) O acesso dos filhos dos imigrantes e das minorias étnicas às creches, aos jardins-de-infância e ao pré-escolar;
- 7) A participação das associações de imigrantes no processo de integração;
- 8) O desenvolvimento de uma rede nacional de informação aos imigrantes e minorias étnicas, em colaboração com as autarquias locais.

Igualmente pode a CML concretizar, entre outras, as seguintes ideias:

- 1) Revitalizar o funcionamento do Conselho para as minorias;
- 2) A Videoteca Municipal de Lisboa possui um serviço intitulado “Núcleo de Produção”. Este núcleo, composto por 8 elementos, apoia com material e conhecimentos técnicos a produção vídeo de qualquer projecto que seja aprovado pela Direcção da Videoteca. Com a participação das associações de emigrantes ou das embaixadas, das escolas ou qualquer outro meio eficaz, poderá sensibilizar-se a população mais jovem de Lisboa, toda ela, para a possibilidade de efectuarem pequenos projectos em vídeo, através dos quais nos contem, por exemplo, como é o seu dia a dia, os locais em que moram, os amigos, os hábitos, etc. Para os projectos mais interessantes, ainda em fase de story-board, seriam disponibilizados alguns, poucos, meios, de forma a que o

projecto possa ter uma primeira fase de realização. Trimestralmente, os vídeos concluídos seriam exibidos seja na Videoteca, seja na Net, seja em versão DVD de distribuição barata;

- 3) A BEDETECA de Lisboa possui, disponível on-line, um conjunto de 14 fichas BDBOOM, as quais se destinam a dar apoio a acções de formação, história e literatura da BD. As comunidades da cidade poderão aproveitar estas e outras fichas que para o efeito venham a ser criadas, para através da BD expressarem os seus backgrounds culturais, sociais, diários ou outros que venham a ser considerados de interesse. De seguida, mobilizariamos os jovens para a colaboração num “jornal/revista” de BD a ser criado pela CML, e onde as melhores pranchas de BD serão publicadas, bem como outras de autores nacionais ou estrangeiros;
- 4) Através da NET é hoje em dia possível aceder a circuitos/redes de comunicação e nas quais, e pelo menos naquelas que visito periodicamente, nunca, ou quase nunca, aparecem participantes portugueses. No sentido de tornar cada vez mais cosmopolita o conjunto de jovens criadores lisboetas, sejam eles designers ou cabeleireiros, promover a divulgação de iniciativas como o projecto “Urban Pioneer” acessível em [www.urbanpioneerproject.com](http://www.urbanpioneerproject.com) para que a nossa jovem camada criativa tenha acesso a toda esta informação;
- 5) Lisboa é uma cidade também constituída por emigrantes. No entanto, nas FESTAS DA CIDADE, raramente esta diferença é manifesta. Para uma cidade que se pretende cosmopolita e criativa, convenhamos que o panorama não é lá muito animador. Para alterar esta situação poderão ser equacionadas, entre outras, duas ideias: O convite a uma cidade, representativa de um país de forte comunidade existente em Lisboa, para, integrada nas formas tradicionais das festas, estar presente através de exposições, concertos de vários tipos de música, da gastronomia e, também, através da participação no desfile das marchas populares da Avenida da Liberdade, abrindo ou fechando o mesmo desfile, não em competição como é evidente, mas como cidade convidada que, como tal, participa no maior evento das nossas festas. Estas iniciativas podem ser complementadas por muitas outras, como convites a escritores, jornalistas, televisões e outros agentes culturais, para que este convite tenha repercussão não só a nível de Lisboa, mas também, e no mínimo, na cidade convidada; O convite, para o mesmo tipo de iniciativa a uma cidade com a qual Lisboa tenha



acordos de geminação ou cooperação ou com quem Lisboa se tenha relacionado nos Descobrimentos.

### Economia Social

O actual estágio de desenvolvimento das economias ocidentais colocou na ordem do dia a necessidade de coexistência das três tipologias estruturantes da actividade económica: as formas de organização típicas da economia de mercado, cuja mais acabada expressão são as Empresas, obedecendo naturalmente ao primado do lucro; o Estado que, nos seus vários níveis, procura a geração dos bens públicos; e as Organizações de Cidadãos que buscam juntarem critérios de eficiência com os objectivos sociais de produção de determinados bens públicos críticos (saúde, solidariedade social, educação, habitação, etc.), ou seja, que traduzem a simbiose entre a economia de mercado e as preocupações sociais.

Estas Instituições, nos seus múltiplos formatos jurídicos – Fundações, Cooperativas, Misericórdias, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Mutualidades, Associações e ONG – integram a chamada fileira estratégica da Economia Social, por vezes consagrada de Terceiro Pilar, pois se considera serem conjuntamente com o Estado e a Iniciativa Privada, um dos pilares do desenvolvimento de um dado país.

A Europa desenvolveu experiências sociais progressistas que se traduziram num pacto informal, o chamado pacto social europeu, que tem de ser mantido, desenvolvido e aprofundado. Mas, para tanto, é necessário que continuem a assegurar-se as condições, económicas, sociais e políticas que o possibilitaram e lhe deram corpo, sendo incontornável a participação das Instituições da Economia Social.

Presentes em todas as áreas da vida da sociedade, estas instituições, contribuem, como aliadas decisivas do Estado, na afirmação deste primado: primeiro, pela sua capacidade de gerar maior oferta social a um custo inferior ao praticado pelo Estado, permitindo, na presente conjuntura económica, a convivência dos desideratos da redução de custos e intervenção social; segundo, pelo seu forte apelativo à intervenção cívica do cidadão.

O conceito de Economia Social tem vindo a evoluir, ao longo dos últimos 150 anos, integrando hoje várias vertentes distintas de que se destacam quer o das Instituições que

pretendem alcançar os objectivos de solidariedade e o desenvolvimento integrado da Comunidade e do Homem, substituindo-se ou complementando a acção do Estado no prosseguimento das suas políticas sociais, quer o das organizações que procuram promover medidas de criação de emprego ou o acesso de segmentos populacionais de menor rendimento a determinados bens e serviços privados, mas com discriminação positiva de preços.

Pretende o Governo do Partido Socialista, em cujo Programa o Fórum se inspirou nesta área, ao invés desta prática, estabelecer com as Instituições do universo da Economia Social uma verdadeira Parceria Público Social que as atraia e as faça aliadas, numa estratégia de intervenção qualificada, participada e articulada para o combate cívico, que se impõe, por uma regeneração social e económica, face as recentes e desorientadas políticas neo liberais.

É esta política que Lisboa deve apoiar, adoptar e estimular uma vez que será um passo no caminho certo do desenvolvimento económico com coesão social e direccionado para as pessoas.

Para o efeito, no que se refere à melhoria da qualidade de vida, e para além de intervenções genéricas nos domínios ambiental (com destaque para a aplicação da Agenda 21 Local) e das mobilidades, deverão ser consideradas três áreas prioritárias de intervenção: apoio a operações de reabilitação e revitalização urbanas em áreas centrais, associando a recuperação de edifícios a novas formas de ocupação de natureza residencial, económica e de lazer; desenvolvimento de intervenções integradas de qualificação nas zonas periféricas, abrangendo, entre outros aspectos, as acessibilidades, os equipamentos para crianças, jovens e idosos, e os espaços públicos lúdicos; aposta no conforto e segurança na utilização dos espaços públicos, recorrendo a um modelo de policiamento urbano assente na proximidade às comunidades, em especial através da acção das polícias municipais, na visibilidade das forças de segurança e na actuação pronta e eficaz.

Neste sentido, em parceria com o Governo, deverão ser adoptadas em Portugal, com reflexo na cidade de Lisboa, adoptará um conjunto de medidas articuladas e coordenadas, nomeadamente:

- 1) O relançamento e reprogramação operacional e financeira de programas de intervenção urbana;
- 2) A dinamização dos projectos de reabilitação a serem desenvolvidos pelas Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU);
- 3) A adopção de um novo regime legal para a política de solos.

*Do mesmo modo, uma política de habitação eficiente será um factor de competitividade de Lisboa. Aí, a articulação com a qualificação do ambiente urbano e a concertação da intervenção do município com o Estado e entidades privadas do sector cooperativo e associativo é fundamental. E essa articulação deverá ser relevante na dinamização do mercado do arrendamento*

Esta iniciativa, a elaborar tendo por base as propostas anteriormente apresentadas na Assembleia da Republica pelo PS, terá em conta, também, todo o debate já travado na sociedade portuguesa sobre este tema e apostará na dinamização do mercado de arrendamento, por via do aumento da oferta de imóveis para arrendamento, da mobilidade e da promoção do acesso de famílias e agentes económicos a esse mercado. Esta reforma permitirá a actualização gradual das rendas sujeitas a congelamento dos imóveis que se encontrem em bom estado de conservação, minimizando os riscos de rupturas sociais ou económicas, incluindo no que se refere ao arrendamento comercial. O regime jurídico a adoptar consagrará, ainda, um melhor e justo equilíbrio na salvaguarda dos direitos dos inquilinos no quadro das acções de despejo. Sendo fundamental agilizar os contratos, será ampliada também a liberdade das partes na respectiva negociação.

Na área do arrendamento social, deverá ser revista a legislação no sentido de aumentar a eficiência da gestão do parque de arrendamento público e a coesão social.

Por outro lado, entende-se ser necessário, tendo em vista a dinamização do mercado de arrendamento, a adopção de medidas complementares à revisão do quadro legal, nomeadamente:

- Utilização de parcerias público-privado na reabilitação de imóveis para arrendamento;

- Programas de apoio financeiro e logístico à realização de obras de recuperação de edifícios;
- Criação de Centros de Arbitragem para a resolução de conflitos relacionados com contratos de arrendamento, no sentido de salvaguardar as relações contratuais.

Lisboa deverá ter uma palavra a dizer nestas medidas.

O combate à pobreza e exclusão tem que constituir hoje uma prioridade de primeira linha da governação e da condução política, na base do reconhecimento e consagração de direitos sociais indissociáveis de uma sociedade de justiça e progresso enquanto factor de coesão e de competitividade. Assim sendo, é tempo de recuperar e revitalizar uma governação que faça do combate à pobreza e exclusão uma das suas matrizes essenciais.

Portugal tem de ser um País em que as políticas sociais não sejam apenas o refúgio de consciência de um modelo de desenvolvimento economicista e assente nas fórmulas mágicas da regulação pelo mercado, não sejam apenas o suporte assistencialista para políticas e práticas geradoras de exclusão, mas se assumam como forças motoras do desenvolvimento de Portugal e de todos os cidadãos. E Lisboa terá de dar o exemplo ao país e contribuir para as políticas do Governo.

Mas também sabemos que muitos dos nossos idosos não dispõem das condições materiais mínimas para uma vida digna, neles se devendo situar a prioridade primeira da acção da CML

De igual modo se assume a importância de um desenvolvimento adequado de todas as nossas crianças e jovens. O aumento de 50% de lugares em creches é apenas um dos exemplos do modo como o Governo entende a responsabilidade que a todos cabe no sentido de assegurar um futuro de participação e autonomia a todos os cidadãos. Mas, para além do Governo, importará que Lisboa se assuma nos seguintes domínios:

- 1) Aumentar o número de lugares disponíveis em creches e jardins-de-infância;
- 2) Impedir a discriminação negativa no acesso a creches e amas por parte de crianças pertencendo a famílias de recursos mais débeis;

- 3) Apoiar a criação de uma rede de apartamentos residenciais para pessoas com deficiência;
- 4) Apoiar a generalização do Apoio Domiciliário Integrado, instrumento central de promoção da autonomia e de prevenção da institucionalização;
- 5) Consideração da condição de monoparentalidade como factor acrescido de vulnerabilidade;
- 6) Apoiar a generalização do acesso a programas de preparação para a reforma, como prática promotora de autonomia e da participação cívica e cidadã;
- 7) Apoiar a criação da Prestação Extraordinária de Combate à Pobreza dos Idosos;
- 8) Integrar os Contratos de Desenvolvimento Social que encontrem o seu foco principal na concentração de recursos de todas as entidades públicas e privadas, que, de forma contratualizada, assumam as respectivas responsabilidades;
- 9) Apoiar a generalização do ensino do Inglês desde o primeiro ciclo do ensino básico;
- 10) Apoiar a valorização do ensino da língua portuguesa e da matemática, assim como a generalização do acesso e uso das novas tecnologias de informação e comunicação, como ferramentas essenciais para a integração bem sucedida na sociedade do conhecimento;

A escola de hoje defronta-se, entretanto, com um novo leque de desafios. Nas sociedades democráticas, abertas e complexas em que vivemos, pede-se legitimamente à escola que não se preocupe apenas com a transmissão de conhecimentos organizados em disciplinas. De um lado, há que centrar o trabalho pedagógico na aquisição de competências, que sustentem a aprendizagem ao longo de toda a vida. Do outro, há que promover a educação para os valores. Os princípios da escola inclusiva orientarão as políticas de educação especial. Será valorizada a educação intercultural e a integração dos filhos de imigrantes no ensino básico de Lisboa.

Um aspecto essencial é a concretização das infra estruturas físicas que darão suporte a estes eixos de política. Para isso, é proposta do Fórum Cidade promover parcerias públicas – privadas, com eventual recurso a fundos de investimento, nas seguintes áreas:

- a. Oferta de habitação nos mercados de aquisição e arrendamento e requalificar o património imobiliário existente;

- b. Estacionamento automóvel;
- c. Infra-estruturas de ensino (creches, escolas, residências universitárias);
- d. Infra-estruturas de acção social (centros de dia e de repouso);
- e. Infra-estruturas desportivas.

Do mesmo modo, poderá equacionar-se a adopção de medidas tendentes ao rejuvenescimento da cidade e incremento da taxa de natalidade para os casais jovens, tais como:

- a. A atribuição de casas a baixo preço; e,**
- b. A isenção da contribuição autárquica durante o período de 5 anos, por cada filho.**

Igualmente, a adopção de medidas tendentes ao acompanhamento da população mais envelhecida, nomeadamente através de:

- a. Reforço da fiscalização aos centros de terceira idade existentes na cidade de Lisboa;
- b. Criação de uma linha gratuita, com funcionamento ininterrupto de apoio à terceira idade, que permita fazer à face às diversas necessidades;
- c. Criação de um grande evento anual destinado à terceira idade, que permita a confraternização, nas quais existam diversos tipos de actividades, como concertos, espectáculos de teatro e diversos tipos de jogos.

Com as propostas acima enunciadas procura-se dar um contributo para a melhoria da qualidade de vida na cidade de Lisboa e seu desenvolvimento económico-social, não esquecendo que o fundamental consiste em cada momento saber auscultar as principais preocupações da cidade e dos seus munícipes.

## **2. As Empresas: Tecnologia, Políticas Criativas e Turismo**

### Tecnologia

Como temos vindo a afirmar temos assistido ao renascimento do papel das cidades enquanto motores da competitividade e inovação e enquanto pólos transformadores das

suas funções tradicionais. Exemplo desse facto pode ser dado com o declínio de velhas regiões industriais que fizeram uma transição com sucesso para a economia da informação (Barcelona, Dortmund). De facto, na nova economia a produtividade e competitividade das cidades é determinado pela capacidade de combinar capacidade de informação, diversidade económica, recursos humanos qualificados, qualidade de vida, conectividade de grandes metrópoles ao nível nacional e internacional, mobilizar e implementar estratégias de desenvolvimento de longo prazo. Paradoxalmente uma crescente economia global e com o surgimento de um estado supranacional, os governos locais estão na linha da frente no processo de gestão das cidades.

Este facto implica a necessidade de cooperação inter-cidades/regiões, tornando mais difícil às forças económicas globais colocarem as cidades umas contra as outras, forçando as forças globais a cooperarem com os governos locais através de um novo contrato social. O exemplo de Amesterdão que conjuga a velha tradição (desde a idade média) de ser um centro político, comercial, cultural e de inovação com o exemplo estratégico para enfrentar um mundo globalizado das tecnologias de informação é algo a olhar com atenção.

E é neste contexto da afirmação das cidades pela sociedade de informação que surgem os tecnopolis. Também em Lisboa, que já perdeu a batalha das grandes indústrias e dos grandes pólos tecnológicos, este conceito tem de ser aplicado. Não a uma escala concorrencial com outros exemplos existentes na área metropolitana mas à escala de Lisboa e não descurando as potencialidades da sua cidade do conhecimento.

Desde logo, importa precisar o conceito tecnopolis: Nos parques de ciência e tecnologia inseridos em ambientes urbanos convivem os sectores empresarial, de ciência e tecnologia, de ensino e formação e da sociedade civil como parte de uma estratégia global de desenvolvimento económico sustentável. Boas práticas desta aposta são, por exemplo, Dublin, Singapura e Barcelona: Especializadas em clusters estratégicos: TI e comunicação ciências biomédicas; Alvos de atracção de I&E; com valorização do

centro histórico; com dispersão dos recursos em rede em detrimento da concentração pesada de infra-estruturas; com interação entre sectores empresariais, ciência, tecnologia, ensino, formação e através de parcerias público-privadas; mobilizados para projectos de longo prazo – 15/20 anos – que exigem planeamento estratégico e participado da comunidade.

Esta aposta implica o ressurgimento do centro da cidade não como centros geograficamente dominantes de áreas metropolitanas da era industrial, mas a nova cidade mais parecida com as cidades do renascimento construída à volta de funções de arte, cultura, de produção de pequena escala mas altamente especializada – tal como defendemos para o eixo Praça do Comércio/Baixa/Av. Liberdade em articulação com algumas das propostas plasmadas ao longo deste texto que aí poderiam, também, ser implementadas.

Este novo tipo de paradigma de cidade atrai jovens altamente educados e qualificados gerando um círculo virtuosos:

- a) Consequências do lado da oferta: atracção de recursos altamente qualificados fomenta actividades/serviços/industrias intensivas em conhecimento (media, artes gráficas, publicidade, desenvolvimento de software, design, moda, entretenimento);
- b) Novo paradigma da organização, da standardização e burocracia para a produção customizada, organização flexível e produção individualizada, nota flexibilidade/nova economia não implica precarização do trabalho nem perda de direitos sociais, dois modelos, modelo anglo-saxónico, sucesso na nova economia mas perda de coesão social e modelo nórdico que concilia nova economia com coesão social;
- c) Consequências do lado da procura: consumidores sofisticados com apetência para bens e serviços diferenciados e para bens culturais.



O modelo de Amesterdão, que pode ser analisado para eventual adaptação, implica um centro histórico sem concessões à modernidade em que todos os edifícios actuais, remodelados, reconstruídos ou feitos de raiz, obedecem aos padrões arquitectónicos que caracterizam o chamado “período dourado” – último quartel do século XVII e princípio do século XVIII – em que a Holanda atingiu o seu apogeu marítimo e comercial e a cidade foi construída. A arquitectura moderna está remetida para as franjas ou para a periferia, assim como a indústria e grande dos serviços: o centro, que é o coração nevrálgico da cidade, é para o pequeno comércio, para a habitação, pequenos hotéis, bicicletas, barcos, passeantes. O centro é igualmente factor de ligação histórica de identidade baseada em pequeno comércio de qualidade e com grande aposta na qualidade de vida. Daí que o centro de Lisboa tenha necessidade desta aposta – conjugar a sociedade de informação e a tecnologia com uma intervenção multidisciplinar como a que propomos na Parte seguinte deste texto.

Do mesmo modo, Lisboa poderá e deverá:

- a) Promover espaços com acesso às novas tecnologias que possam também ser ter uma conexão com espaços culturais;
- b) Promover um parque tecnológico de empresas, de modernos serviços públicos, ensino de elevada qualidade;
- c) Tornar toda a estrutura da Câmara informatizada, amiga das novas tecnologias, e-government ao nível da Câmara Municipal, promover a formação em TI aos recursos humanos da Câmara;
- d) Aproveitar, por exemplo, a experiência da governo regional da Estremadura (Espanha), região pobre que apostou nas TI adaptadas à especificidades da região, LINUX (código aberto e grátis) que facilitou o acesso da população em geral incluindo os mais desprotegidos (idosos), Em vez das TI serem factor de exclusão são factor de integração e coesão social;
- e) Criar um programa específico de apoio para novos empreendimentos apostando sobretudo em pequenas empresas de recém-licenciados, incentivando a viver em Lisboa;

- f) Afirmar um novo campo de exploração e a aplicação da informação baseado na convergência de tecnologias CRM, GIS, Internet, wireless, de localização e terminais móveis, serviço ou aplicação que facilite o processamento de SIG aos utilizadores finais;
- g) Dinamização de zonas de especialização económica, com incentivos à fixação de empresas, em zonas de exclusão.

Aprofundemos, neste momento, o conceito de Tecnopolis interligando-o com a experiência, pouco conseguida do Lispolis. A criação de parques de ciência e tecnologia, vulgarmente designados por tecnopólos é um conceito utilizado em vários países como elementos estratégicos do desenvolvimento económico das regiões onde se inserem. Através dos tecnopólos aposta-se na criação e no desenvolvimento de novas empresas de base tecnológica privilegiando-se a transferência de conhecimentos das universidades para as empresas o que funciona como elemento catalizador do desenvolvimento regional.

**No novo contexto de economia de inovação, as cidades constituem um factor decisivo de mudança. E isto, porque as cidades não só estão dotadas de organismos que facilitam a criação do conhecimento como universidades, centros de investigação, empresas de serviços, como também disponibilizam espaços que permitem a construção de equipamentos necessários a estas actividades.**

**É nesta realidade que começa a emergir o conceito de tecnopolis. Um tecnopolis é no fundo um “habitat” privilegiado onde convivem o sector empresarial, a ciência e tecnologia, o ensino e formação e a sociedade civil procurando o desenvolvimento estratégico e urbano da cidade e da região envolvente dando ênfase à dispersão dos recursos em rede em detrimento da concentração de infra-estruturas. Estes projectos ao estarem enquadrados na visão estratégica das cidades e através de uma especialização em determinados “clusters” estratégicos procuram traduzir um ambiente de investigação e desenvolvimento pela conjugação de áreas comerciais, residenciais, empresariais, de lazer e de investigação.**

**Inserindo-se numa área residencial e comercial privilegiada da Cidade de Lisboa, Lumiar, localiza-se o Pólo Tecnológico de Lisboa, espaço gerido pelo LISPOLIS, associação privada sem fins lucrativos constituída para esse efeito. Apesar da sua excelente localização, da proximidade do Eixo Norte Sul, da existência de interfaces com outras vias de comunicação, este espaço de cerca de 12 hectares com um loteamento para 26 lotes onde são disponibilizados um conjunto de infra-estruturas gerais incluindo auditório e parque de estacionamento, que visam o acolhimento de empresas de indústria de base tecnológica e entidades de investigação em parceria com INETI, CML, IST, IAPMEI entre outras instituições, é um espaço desconhecido da maior parte da população da cidade.**

**Quando se pensa em Pólo Tecnológico imediatamente surge a ideia do Taguspark como o exemplo de um Pólo Tecnológico. Pensamos que o desconhecimento da existência do Pólo Tecnológico de Lisboa se deve em muito à pouca divulgação, promoção e visibilidade do mesmo como centro de incubação de empresas e investigação. É tempo de uma nova gestão de Lisboa evidenciar a importância que o Pólo Tecnológico de Lisboa poderá assumir como instrumento estratégico num novo conceito mais dinâmico e abrangente que é o conceito de Tecnopolis.**

- a) Do mesmo modo, Lisboa poderá apoiar a criação de estruturas para:**
- b) Produção/realização/divulgação de audiovisuais;**
- c) Produção/realização/divulgação de música urbana;
- d) Promoção dos criadores urbanos nos circuitos das práticas digitais;
- e) Apostar na música produzida em Portugal, maioritariamente feita por portugueses, congregando entidades bancárias, de capital de risco e outras, para criação de várias colecções de música, mas sempre com uma grande unidade de grafismo, de forma a que cada colecção seja reconhecida como uma parte de um todo homogéneo. Uma vez aceite a produção de cada disco, e ainda na fase de maquete, esta entidade, deverá proceder a comercialização do mesmo não só em Portugal, mas em todo o mundo. Quanto às colecções, algumas sugestões: Música urbana, Jazz, Experimental, Electrónica, Clássica e Fado;
- f) Um dos campos em grande desenvolvimento internacionalmente, é o das artes digitais. Uma organização americana, Rhizome, é reconhecida mundialmente como uma das principais, senão a principal, aglutinadoras de projectos neste

meio, e sua divulgação. Também reconhecido internacionalmente como uma das principais figuras da cena mundial no campo das artes digitais, não só como criativo mas também como organizador de eventos AGRICOLA DE COLOGNE ([www.nmartproject.net/](http://www.nmartproject.net/)) é um nome que poderá ser contactado, no sentido de discutir e organizar um conjunto de acções que levem a que criadores portugueses nesta área possam ser “amparados” e estimulados.

### Políticas Criativas

As políticas criativas são, como já se disse, um factor de afirmação das empresas e de modernização da base competitiva de Lisboa. Para o efeito, Lisboa poderá apoiar e implementar algumas das seguintes acções:

- a) Redinamização dos Mercados Municipais enquanto espaços de renovação e modernização;
- b) Apoio à comercialização e divulgação de doces conventuais – Uma mais valia reconhecida pela Unesco (património gastronómico). Pode mesmo ser equacionada a instalação de pontos de venda perto de zonas turísticas como o Castelo de S. Jorge;
- c) Várias propostas têm sido apresentadas para ajudar a enfrentar o problema do envelhecimento da população, do seu crescente isolamento, dos cuidados que são necessários para acompanhar os idosos que residem sozinhos, e em paralelo o envelhecimento dos bairros mais atingidos pelo envelhecimento. Simultaneamente é discutida a necessidade de habitação para jovens estudantes universitários, a preços baixos, bem como da necessidade da construção de residências universitárias, em zonas como a Baixa Pombalina, para ajudar a combater o envelhecimento e a desertificação. Baseada num conceito internacionalmente testado e de grande sucesso, nomeadamente na vizinha Espanha, pretende responder a estas e outras questões (solidariedade intergeracional, habitação partilhada, etc.) de uma forma expedita, simples, de grande impacto social e de custos ínfimos quando comparados com tantas outras propostas entretanto efectuadas. Trata de aplicar a Lisboa o conceito e as experiências da HOMESHARE INTERNACIONAL [www.homeshare.org](http://www.homeshare.org), instituição criada nos Estados Unidos da América, e já seguida em vários países europeus, de entre os quais, e com imenso sucesso, Espanha. A aplicação do conceito HOMESHARE em Espanha tem como destinatários, por um lado,

idosos que normalmente vivem sózinhos, e jovens universitários que procuram alojamento condigno mas a preços muito, mas mesmo muito baixo, e neste caso meramente simbólicos, dado que em troca do alojamento o jovem estudante se obriga a um conjunto de obrigações previamente definidas, tais como oferecer X horas semanais em apoio ao idoso que o acolhe, sendo essas horas dispendidas das mais variadas formas;

- d) Vedar zonas urbanas à circulação rodoviária de automóveis privados, promovendo a oferta de transporte público de qualidade;
- e) Monitorização e vigilância permanente dos principais eixos viários, tendo em vista a manutenção da fluidez do tráfego;
- f) Criação de novos espaços de desenvolvimento da cidade dos serviços avançados - Exemplos: Potenciação das tendências em curso no Eixo António Augusto Aguiar/José Malhoa. Abertura de um novo Eixo terciário na zona oriental da cidade, no espaço Areeiro/Beato.
- g)** Articulação das cidades do lazer, da cultura e do turismo através do alargamento e densificação de vários pólos globais de articulação das diferentes actividades: Na zona ocidental através de um pólo polarizado pela cultura e pelo património. Transformação da zona de Belém, redesenhando o espaço envolvente que vai da Torre de Belém ao novo centro Centro de Congressos da AIP, dando-lhe uma total continuidade com a frente ribeirinha e eixos de alargamento até Santo Amaro e Algés e permitindo a localização de novas iniciativas e equipamentos; Na zona oriental consolidando o pólo Parque das Nações e fazendo aí surgir um pólo global polarizado pelas grandes exposições, mostras e espectáculos; Na zona central através do eixo Av. Liberdade/Baixa/Praça do Comércio (que desenvolveremos em detalhe);
- h) Expansão significativa da cidade do conhecimento com base numa orientação para a satisfação de procura externas alargadas: Reordenar globalmente os espaços dedicados ao ensino superior e à investigação, nomeadamente, com a consolidação e qualificação do grande pólo universitário central (Benfica e Alvalade); viabilizar, de modo mais usado, o segundo pólo em embrião na zona ocidental (modernizar a Universidade Técnica e qualificar as Universidades privadas sem localização definitiva ou sustentável); e, desenvolver projectos integrados mais ousados e complexos de relocalização de estabelecimentos mais

- antigos e centrais para libertar espaços de valor suficiente para suportar seu financiamento;
- i) Prossecução de uma orientação para as actividades de pós-graduação para os modelos de aprendizagem ao longo da vida e para uma nova orientação para um alojamento fácil, competitivo e de qualidade (por exemplo na Baixa);
  - j) Uma nova atenção aos laboratórios, centros e unidades de I&D e C&T;
  - k) Renovação dos centros de criação de riqueza levando a sério a criação de condições para o reforço da captação de iniciativas empresariais baseadas na economia do conhecimento e melhorando a articulação entre a cidade empresarial e a cidade do conhecimento a par de investir nas modernas infra-estruturas de comunicação global o que implica: Promover e facilitar a aglomeração de actividades inovadoras, intensivas em informação, conhecimento e competências; Mergulhar num universo de resposta rápida no plano das decisões administrativas, custo competitivo e ambiente de eficiência fugindo da lógica imobiliária mais convencional (renovação dos pólos industriais de Alcântara/Junqueira e Beato/Marvila e criação de sítios de excelência para a aglomeração destas novas indústrias, mais imateriais, mais criativas e mais indutoras de qualidade ambiental e urbana – como a difusão das actividades de comunicação e multimédia através de uma maior aposta na língua portuguesa);
  - l) Aproximar a lógica de tempo contínuo das cidades globais internacionalizadas através do estabelecimento de regras de utilização conjunta, racional e diversificada de certos espaços e zonas com base em regras de convivência entre as funções residenciais e empresariais, por um lado, e entre as diferentes actividades económicas, por outro lado: Logística interna da cidade (cargas e descargas), espaços comuns, cidade mais animada e equilibrada na articulação dia/noite são exemplos dados;
  - m) Potenciar a renovação do ciclo de vida dos bairros históricos articulando processos de consolidação de desenhos de novas especializações e actividades (exemplos da nova vocação do Bairro Alto) o que leva a considerar: O facilitar a conservação de centros de decisão numa lógica de localização de prestígio através de parcerias centradas na recuperação e valorização do património edificado; Privilegiar um modelo de repovoamento jovem da Baixa através do arrendamento; Viabilizar um pólo de actividades em torno da reabilitação urbana

que reúna novas e velhas profissões (incluindo as indústrias tradicionais como metal, pedra, vidro, etc.) associadas às novas e velhas competências na preservação da memória e do património colectivo (desenho, fotografia e cinema).

### *Turismo*

Lisboa possui recursos e potencialidades turísticas extraordinários sobre os quais se tem vindo a desenvolver uma actividade com peso crescente na economia. O Fórum Cidade, consciente da importância económica e social que o Turismo constitui, afirma que este deverá ser um sector estratégico prioritário para a projecção de Lisboa e para a definição do seu modelo económico. Para Portugal, o turismo pode dar um contributo importante, nomeadamente através do aumento das receitas externas, para a cobertura do défice da nossa balança comercial e para o combate ao desemprego. Por outro lado, pode contribuir para a valorização do património natural e cultural de Lisboa.

Este sector deverá ser encarado numa perspectiva de sustentabilidade ambiental, económica e social, no quadro de um novo modelo de desenvolvimento do turismo que privilegie a qualidade e a excelência, seja a qualidade e excelência ambiental do destino turístico, seja a qualidade e excelência dos empreendimentos e serviços turísticos.

Uma nova liderança de Lisboa deverá considerar crucial para Lisboa a aposta no crescimento do turismo externo e a dinamização do turismo interno, com o aumento das taxas de gozo de férias e das estadas de curta duração, mas também com o estímulo do turismo social, em geral, e do turismo sénior e juvenil, em particular.

O Turismo é uma actividade complexa, diferenciada no tipo de oferta, na velocidade de crescimento e na variedade e dimensão empresarial. Uma Política de Turismo tem de articular o turismo com outros sectores, nomeadamente o ordenamento do território, o ambiente, a cultura, o desporto, as infra-estruturas e o transporte aéreo.

Daí que Lisboa deva adoptar uma Política de Turismo apoiada em cinco vectores de intervenção estratégica e dois objectivos de curto prazo:

Vectores de intervenção estratégica:

- a) Valorização dos recursos turísticos e promoção de ofertas de qualidade e excelência;
- b) Dinamização do crescimento da procura turística interna e externa;
- c) Implementação de uma estratégia de Lisboa, autónoma, mas integrada numa visão nacional e regional;
- d) Criação de uma Entidade Municipal para o Turismo que articule, do ponto de vista estratégico e operacional, todos os órgãos autárquicos da Cidade, e seus serviços, com a Associação de Turismo de Lisboa;
- e) Estímulo ao investimento, à modernização e à capacidade competitiva das empresas.

Objectivos de curto prazo:

- a) Aumento do número de turistas estrangeiros e de visitas de emigrantes portugueses, e sobretudo dos seus gastos em Lisboa, incentivando desta forma o aumento das receitas externas.
- b) Dinamização do turismo interno (férias, fins-de-semana), com preocupação prioritária para as regiões do interior e emergentes.

Para o efeito, propõe-se, no âmbito da actividade da Câmara Municipal e da Associação de Turismo de Lisboa, o seguinte conjunto de medidas prioritárias:

- a) Implementar Planos de Dinamização Turística (PIT) plurianuais, autónomos, articulados à escala de agrupamentos de Freguesias. Estes planos devem estar articulados ou integrados com outros programas já existentes;
- b) Criar um quadro de apoio municipal, não financeiro, às empresas turísticas;
- c) Apreciar o actual quadro normativo e administrativo que enquadra as actividades turísticas na cidade de Lisboa de modo a agilizar os procedimentos a ele afectos, no âmbito de um programa de eliminação de actos burocráticos dispensáveis;
- d) Apoiar os programas de formação do INFTUR a realizar em Lisboa;



- e) Incrementar a afirmação de Lisboa como palco de grandes eventos científicos, desportivos e culturais internacionais;
- f) Ajudar a projectar internacionalmente, a médio prazo, um centro de investigação de turismo, colocando Lisboa como palco de grandes eventos científicos internacionais na área do turismo;
- g) Desenvolver, em articulação com o Governo, um Programa de incentivo e apoio à inovação nas empresas de turismo;
- h) Estimular a certificação ambiental dos diversos produtos e empreendimentos turísticos, fazendo da qualidade ambiental uma mais-valia para o turismo;
- i) Estabelecer parcerias com as autarquias vizinhas, organizações locais de turismo e empresários do sector, de modo a concretizar acções de qualificação ambiental da envolvente dos diversos destinos turísticos;
- j) Desenvolver uma estratégia para o mercado electrónico;
- k) Apoiar iniciativas privadas que confirmem dimensão internacional aos Operadores Turísticos nacionais e às cadeias hoteleiras nacionais, sedeadas em Lisboa, para que a riqueza assim criada reverta a favor da nossa economia;
- l) Valorizar os produtos turísticos com maior força e notoriedade internacional (sol e mar, golfe, congressos, cruzeiros, património, cultura, entre outros); apostar em novos produtos e ofertas, novas soluções de alojamento e aproveitamento de novas soluções imobiliárias; estruturar os produtos que poderão introduzir elementos diferenciadores da sua oferta (turismo cultural, turismo de natureza, turismo de saúde, rotas de vinhos, gastronomia tradicional, turismo equestre, fluvial, etc.);
- m) Desenvolver uma estratégia de promoção externa adaptada às características e prioridades da nossa oferta e que tenha em conta as motivações dos potenciais turistas e a acção da concorrência;
- n) Estimular uma nova dinâmica de intervenção por parte da Região de Turismo em que Lisboa se situa;
- o) Articular, com o Governo, a melhoria das condições de operacionalidade do Porto de Lisboa de modo a captar cada vez mais o turismo de cruzeiros;

- p) Intensificar parcerias directas com as empresas de turismo a nível regional e local e reforçar as relações institucionais e de colaboração com todas as associações sectoriais, nacionais e regionais;
- q) Criar um cartão de turismo válido por períodos de 24/48/72 h que permita o acesso ilimitado à generalidade de museus e atracções turísticas, bem como aos transportes e unidades hoteleiras;
- r) Criar postos de turismo nos principais terminais de transportes;
- s) Realização de eventos culturais, como, por exemplo, um festival de cinema que privilegie a divulgação de filmes por cineastas europeus.

Do mesmo modo, os Oceanos e os rios são elementos essenciais da identidade nacional e lisboeta que não podem ser encarados numa visão estática e passadista. O Mar para Portugal e o Rio Tejo para Lisboa deverão ser uma fonte de riqueza, de oportunidade e de desenvolvimento, devendo por isso ser valorizados. Não pode esquecer-se, também, que os Oceanos constituem elos de ligação privilegiados com as outras culturas de raiz lusófona

Por outro lado, o Mar é essencial para a posição de Lisboa no Mundo, reforçando uma posição de centralidade atlântica numa relação intercontinental que privilegie os grandes desafios culturais e económicos do Continente Sul-Americano e Africano, sem prejuízo das prioridades dadas ao estreitamento das relações com os países de acolhimento dos nossos emigrantes e que, tradicionalmente, desempenham um papel activo nos seus destinos. Assim, o equilíbrio de Portugal na matriz atlântica e europeia deve, também, ser conseguido numa vertente Norte-Sul.

Nesta óptica, o Fórum Cidade propõe que uma nova gestão de Lisboa promova, em articulação com o Governo, as seguintes acções:

- a) Propor ao Governo mecanismos de coordenação de todas as áreas que respeitem ao Tejo e tenham tutelas diferenciadas;

- b) Propor ao Governo mecanismos de afectação à cidade de estruturas abrangidas por tutelas diferenciadas e que sejam consideradas prioritárias para a prossecução dos objectivos da cidade,
- c) Criação de um fórum permanente das actividades ligadas ao Tejo, com a participação de entidades públicas e privadas;
- d) Apoio na criação de áreas de desenvolvimento especializadas com vantagens comparativas no Mar, nomeadamente no campo da investigação científica e tecnológica;
- e) Potenciar o aumento da oferta de actividades de recreio, no Tejo, promovendo uma dinamização da própria náutica de recreio e dos desportistas náuticos;
- f) Potenciar as actividades ligadas à segurança da navegação e à própria segurança marítima, tendo em conta as potencialidades acrescidas pela sede em Lisboa da Agencia Europeia de Segurança Marítima;
- g) Integrar a zona ribeirinha nos objectivos ambientais de uma nova gestão de Lisboa, permitindo uma abordagem interdisciplinar do ordenamento das diferentes actividades específicas do Rio Tejo e a definição de condicionalismos e vocações que afirmem o rio como algo a potenciar pela cidade e a fruir pelos lisboetas e por quem nos visita;
- h) Coordenar o modelo de oferta cultural, integrando as valências existentes e em projecto;
- i) Promover a especialização e qualificação da oferta turística;
- j) Conceptualizar, desenvolver e implementar um modelo de desenvolvimento económico assente na prestação de serviços de qualidade e na oferta turística.

### **III A intervenção no espaço público como factor de atracção, competitividade e qualidade de vida**

Na matéria já exposta foi claramente afirmado que a intervenção no espaço público deverá ser um pilar de atracção, competitividade e qualidade de vida. Daí, que no âmbito dos seus trabalhos, o Fórum Cidade tenha preconizado, neste domínio, dois grandes eixos:

- 1) Uma intervenção emblemática naquilo a que denominámos de coração de Lisboa – Praça do Comércio/Baixa/Av. Liberdade; e,
- 2) Um conjunto de propostas para outro tipo de intervenções igualmente importantes.

#### **Praça do Comércio/Baixa/Av. Liberdade**

A Praça do Comércio e a Baixa são o cartão de visita da nossa cidade uma vez que a arquitectura pombalina, associada à sua dinâmica própria, cativa quem a visita. Nesta zona, trabalham milhares de pessoas, nos sectores de serviços, restauração e comércio – não só “tradicional” como nos novos e atractivos espaços comerciais. Do mesmo modo, na Av. da Liberdade e Restauradores coexistem, igualmente, os serviços, a restauração, a hotelaria e o comércio de grande qualidade. Acresce, que é igualmente um pólo de potencial dinamização cultural e turística.

No entanto, esta é uma zona onde muito há por fazer. De um modo integrado, com excelência e qualidade, como factor de atracção e competitividade. Aqui, o Fórum Cidade preconiza que uma nova gestão da cidade deixe uma marca para o futuro.

A Praça do Comércio e a Baixa são o “desaguar” de um eixo que começa no Marquês de Pombal, atravessa a Av. da Liberdade, Restauradores e Rossio, onde há tanta ou mais actividade, não só diurna (modernos escritórios e comércio de qualidade) como nocturna e onde se aguardam, desesperadamente, novas intervenções. Similarmente, novas unidades hoteleiras que foram criadas permitiram complementar a oferta já existente.

Acresce, que a prometida e muito esperada intervenção no Parque Mayer, que poderá dar uma outra vida àquela zona da Av. da Liberdade, a par de equipamentos, em

utilização ou fechados, como a Cinemateca, o S. Jorge, o Odeon, o Tivoli, a área envolvente do Coliseu/Politeama/Olímpia/Hard-Rock Café, com espectáculos e restauração, e ainda o Rossio com os seus cafés-esplanadas podem e devem permitir que este eixo seja um factor decisivo na afirmação e revitalização da cidade. Importará, ter uma estratégia integrada, envolvendo entidades públicas e privadas, que aumente a dinamização daquilo que funciona e coloque ao serviço da cidade os equipamentos que estão desaproveitados. Se tal for feito Lisboa ganhará um pólo fundamental de atractividade.

Para o efeito, deverá também ser concretizada a supressão das vias de trânsito laterais na Av. Liberdade, com o alargamento das respectivas áreas pedonais.

Colocada entre esta zona, o renovado Chiado e a Praça do Comércio a Baixa terá que sofrer uma ampla intervenção nas suas variadas vertentes. Uma Baixa requalificada, mais qualitativa, mais pedonal e palco de artes performativas, por isso mais comercial, mas também mais residencial e atractiva são o nosso desejo.

E, na matéria residencial, importará dar sequência, nos moldes supra propostos, às ideias de criação de residências para estudantes, dinamização do mercado de arrendamento e intensificação do trabalho da Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa.

Do mesmo modo, deverá ser cada vez mais condicionada a circulação dos veículos particulares na Baixa Pombalina, privilegiando-se a utilização de uma rede de transportes colectivos moderna e eficiente.

A par desta opção e de modo a desincentivar o “estacionamento selvagem”, no eixo em causa, deverá ser equacionado um reforço da fiscalização e uma renegociação do tarifário dos parques de estacionamento existentes, em toda esta área, de modo a fomentar a visita a esta zona da cidade sem a congestionar. Renegociação que poderia ser associada à despesa feita no comércio, espectáculos e restauração da zona.

Similarmente, o comércio da Baixa deverá investir na modernização das suas instalações e do seu mobiliário urbano, embora a traça original dos locais deva ser respeitada, na qualidade do serviço e na flexibilização do horário de funcionamento de

molde a prolongar o período de “vida útil” da zona. A CML deverá estar disponível, numa lógica de parceria entidades pública/privadas, para fomentar esta modernização.

Contudo, uma boa parte do comércio tradicional e dos restaurantes vive da população que ainda trabalha na Baixa, pelo que a manutenção dos Ministérios na Praça do Comércio será de vital importância para muitos comerciantes e para a dinamização de todo o espaço envolvente – pois se houver uma transferência precoce e mal ponderada, como a que foi aventada pela maioria PSD/CDS, aos Ministérios, imediatamente se seguirão todos os outros Serviços.

No entanto, a Praça do Comércio tem potencialidades inexploradas que lhe permitem ser o “coração da baixa e da cidade” e também o núcleo inicial do eixo Baixa/Av. Liberdade mas também de outros eixos que nos levam ao Parque das Nações, a Belém, ao Castelo, entre outras hipóteses. Daí que todos os espaços térreos dos Ministérios devam ser libertados para múltiplas actividades ligadas ao lazer, à história, à cultura e à restauração e cafetaria de modo a conciliar a simbólica do poder e da história com um futuro de atractividade e competitividade que permita aos lisboetas e a todos os que nos visitam uma vivência do espaço em toda a sua plenitude. Para o efeito, o estacionamento indevido em toda a Praça deverá ser expressamente proibido.

Também as “Cargas/Descargas” de mercadorias deverão ser objecto de severas regras na Baixa Pombalina, obedecendo a horários e efectuando-se exclusivamente em locais determinados para esse efeito. Assim, a restrição à circulação automóvel aliada à disciplina imposta às cargas e descargas, criarão condições para uma melhor mobilidade na Baixa.

A higiene e limpeza terão que ser melhoradas e efectuadas a horários consentâneos com a dinâmica que se pretende criar. Também a segurança deverá ser reforçada pois têm de ser combatidos eficazmente os degradantes espectáculos “públicos” da prostituição diurna em plena Praça da Figueira e do “comércio ilegal paralelo” e atenuado o problema da insegurança crescente.

Estas medidas, transversais à estrutura camarária e envolvendo uma multiplicidade de entidades publicas e privadas, deverão ser dinamizadas por uma “estrutura de missão” que coordene a sua implementação.

#### Outras intervenções

Como já foi exposto, a intervenção no espaço público como factor de atracção, competitividade e qualidade de vida não se pode esgotar no eixo Praça do Comércio, Baixa, Av. Liberdade e deverá ser estendida a outras zonas e a outros tipos de intervenção mais localizada. Entre outras hipóteses aventadas no Fórum Cidade e não conflituando com projectos em curso e outras áreas de trabalho, destacam-se as seguintes:

1. Alargamento do espaço interior da cidade com o afastamento, ainda mais para fora do concelho mas para dentro da área metropolitana, de parte da cidade logística: efectiva gestão integrada dos Portos de Lisboa e Setúbal, com passagem de algumas operações para a zona de Setúbal. Tornar interiores as expansões residenciais periféricas mais recentes através do alargamento do espaço urbano: Conclusão integrada das redes CREL/CRIL/Eixo Norte-Sul/A2/A1/A8/A5/IC19/Ponte 25 de Abril/Ponte Vasco da Gama.
2. Alargamento e requalificação dos espaços residenciais da cidade através da realização de intervenções curativas, urbanas e de reabilitação, nas zonas antigas da cidade e definição de um conjunto de regras de prevenção e orientação nas zonas residenciais mais recentes.
3. Criação de novos projectos de reestruturação urbana planeada em espaços não ocupados, vagos ou desactiváveis de dimensão crítica apreciável. Para isso, potenciar a experiência acumulada da EPUL e da Parque Expo e o desenvolvimento de parcerias entre o sector público e a iniciativa privada.
4. Um bom ambiente urbano, em termos de recursos naturais e físicos, que depende de sistemas eficazes de controlo da poluição, infra-estruturas ambientais, transportes que funcionem bem e sistemas de planeamento da utilização dos solos que promovam a utilização mista e uma harmonia urbana atraente. Para a execução deste item poderia realizar-se:

- 1- Ampliação da rede do Metro às outras cidades pertencentes à área metropolitana, tais como Vila Franca de Xira, Oeiras, Sintra, quer de superfície, quer na forma tradicional;
- 2- Após a criação destas formas suplementares de transporte, equacionar a implementação de taxas de circulação para os carros provenientes dos municípios limítrofes;
- 3- Aumentar a oferta de transportes públicos Rodoviários para zonas da cidade onde não chegue o Metro;
- 4- Fechar o trânsito automóvel a particulares nas zonas da Av. 24 de Julho e Av. Brasília à noite, excepto a residentes, com a criação de autocarros próprios mediante a utilização de um cartão especial, ou de forma totalmente gratuita, mas a ser subsidiado pelas Unidades de Restauração, bares e afins;
- 5- Produção de energia de biomassa, dado afigurar-se como uma fonte inesgotável de matéria-prima.
5. Intervenção urbana no eixo Alameda/Almirante Reis/Martim Moniz;
6. Implementação de um programa de intervenções nas Praças da cidade; e,
7. Realização, no modelo proposto na parte II deste relatório, de pequenas intervenções em cada Freguesia.



#### **IV Modernizar a Administração**

O poder local tem sido um dos mais importantes pilares da construção democrática em Portugal. Na verdade, ao poder autárquico tem sido reconhecida uma capacidade efectiva para enfrentar e resolver muitos problemas das populações, em boa parte como consequência do conhecimento mais aprofundado desses problemas, que só a proximidade permite.

O Fórum Cidade preconiza o reforço e a qualificação do poder local, aos seus diversos níveis.

Desde logo, impõe-se aprofundar uma verdadeira descentralização, batendo-se pelo completar do processo de transferência de competências para os municípios e freguesias, em paralelo com a alocação dos recursos correspondentes. Do mesmo modo, defende-se o aprofundamento da descentralização de competências para as Freguesias e novas formas de estímulo ao estabelecimento de sinergias entre elas – matéria aprofundada noutra área de trabalho deste Fórum.

Lisboa, deverá acompanhar a iniciativa do Governo, integrada no seu Programa, de promover uma reforma do sistema de financiamento das autarquias, incidindo de modo especial nos critérios de repartição da transferência anual do Orçamento do Estado; no quadro de taxas, tarifas e preços e, finalmente, no regime de recurso ao crédito. Esta reforma deverá incluir as modificações necessárias a tornar os municípios menos dependentes das receitas oriundas da construção civil, sem afectar os actuais níveis globais de financiamento, bem como a receita pública. Lisboa deverá também bater-se pela inversão do processo de arrecadação de receitas e procurar o aumento das suas receitas próprias.

Lisboa deverá, também, colaborar com o Governo na revisão do regime de organização e funcionamento dos serviços das autarquias e na regulamentação do regime de cooperação entre a Administração central e a Administração local e desta com as entidades públicas e privadas. A revisão da lei das empresas municipais e intermunicipais e o estabelecimento de novos regimes para as parcerias público-privadas e para a concessão de serviços municipais são outras áreas de colaboração.

A modernização da administração deverá passar, igualmente, quanto às freguesias, e para além da revisão e alargamento do seu quadro legal de competências, pelo assumir da necessidade de o regime de exercício do mandato pelos titulares dos respectivos órgãos executivos se ajustar ao âmbito e à expressão orçamental das competências que lhes são conferidas por lei ou que com elas são contratualizadas.

Do mesmo modo, o associativismo autárquico entre freguesias reveste-se de grande importância para que possam ser enfrentados, à escala adequada, problemas comuns a diferentes autarquias.

Quanto às actuais formas de associativismo municipal torna-se necessário corrigir as muitas insuficiências e disfunções detectadas no modelo das áreas metropolitanas numa perspectiva de modernização associada à competitividade económica de Lisboa. Deverá ser criado um quadro institucional específico para as grandes áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, de forma a criar uma autoridade efectiva à escala metropolitana, dotada dos poderes, dos recursos e da legitimidade necessários para enfrentar os complexos problemas e desafios que naquelas áreas se colocam. Para tanto, estas entidades deverão ter competências subsidiárias próprias em domínios específicos (mobilidades, gestão ambiental e energética, gestão de resíduos, estratégias de ordenamento do território, habitação, desenvolvimento económico, etc.) e para intervenções de âmbito supramunicipal. Lisboa deverá ser parceira e dinamizadora da concretização destas medidas.

Lisboa deverá ter em atenção as seguintes vertentes de aumento da competitividade numa perspectiva de serviço aos lisboetas:

- 2) Inovar no planeamento e na sistematização da oferta de serviços municipais;
- 3) Aumentar a transparência na relação com os munícipes com a implementação de sistema integrado de informação electrónica que permita o acompanhamento permanente dos processos, prazos e responsáveis na decisão;
- 4) Descentralização da loja do Município pelas Juntas de Freguesia através da criação de uma rede de Postos de Atendimento;
- 5) Divulgação sistematizada dos serviços municipais e dos requisitos de acesso a preencher pelos interessados através da:

- a. Elaboração de um Anuário do Município de Lisboa; e
  - b. Reformulação do sítio electrónico, com integração e uniformização de conteúdos;
- 6) Implementação de um sistema de gestão integrada que permita o controlo em tempo real da evolução da execução das despesas correntes e de capital;
  - 7) Aprofundamento da centralização do sistema de aquisições de bens e serviços comuns, potenciando consultas ao mercado em condições mais vantajosas;
  - 8) Reformulação do sistema de gestão do património imobiliário municipal, com eventual recurso a/criação de empresa pública municipal especializada ou a uma “unidade de missão”; e,
  - 9) Introdução da gestão por objectivos.

Do mesmo modo, o Fórum Cidade preconiza uma avaliação do sector empresarial do município que avalie a situação financeira e operacional de cada uma das empresas e equacione uma, eventual, reestruturação que promova a universalidade dos serviços essenciais prestados, sem descuidar a rentabilidade associada à justiça social e uma redefinição estratégica das áreas de empresarialização (urbanização, requalificação, estacionamento, saneamento). Acresce, que o Lispolis e a Ambelis necessitam de um profundo processo de potenciação da sua actividade.